BNDES

Sinopse Econômica

AP/DEPEC/GESTE 2 - Fax: (021) 220-1397
Endereço na Internet - http://www.bndes.gov.br/sinopse/sineco
Equipe Técnica: Fabio Giambiagi, Ana Cláudia Além, Florinda Pastoriza e Joana Gostkorzewicz.

Março 97 nº50
Fechamento da Edição: 01/04/97

◆Política Econômica

A partir deste número, Notas Técnicas serão eventualmente, anexadas a esta Sinopse.

O reajuste do salário mínimo

O debate quanto ao percentual de reajuste a ser aplicado no salário mínimo em maio deverá ganhar importância nos próximos meses. Esta discussão reflete um dilema relacionado, por um lado, aos benefícios sociais e distributivos de se elevar o salário mínimo; e por outro, aos problemas fiscais, uma vez que o pagamento de pensões e benefícios da previdência social está vinculado ao mínimo. Isso faz com que acréscimos no mínimo tenham um impacto importante sobre os gastos providenciarios, que, isoladamente, são a maior rubrica de despesa pública do país. Além disso, há ainda um impacto sobre as finanças de Estados e Municípios, especialmente os das regiões Norte e Nordeste, onde parcela significativa do funcionalismo recebe uma remuneração igual a um salário mínimo.

Vale lembrar que desde o início do Plano Real, o salário mínimo sofreu três reajustes - em setembro/94, maio/95 e maio/96 - tendo passado de R$ 64 em junho/94 para os atuais R$ 112, o que equivale a um aumento de 75% em termos nominais. Em termos reais, o salário médio de 1996 ficou entre 9,0% a 18,6% superior ao valor de junho/94, dependendo do deflator utilizado (Tabela 1e Gráfico1). O valor de julho foi deflacionando tomando-se a variação dos preços em URVs - de 5,5% no IGP e de 7,9% no INPC.

Do ponto de vista distributivo, os dados mostram que apesar da significativa queda na cobertura do salário mínimo - isto é, do número de pessoas que tem sua remuneração atrelada ao mínimo -, o reajuste deste tem impacto forte sobre os aumentos concedidos a diversas outras categorias e não apenas sobre aquelas cuja remuneração é diretamente determinada pelo mínimo.

Na região da Grande São Paulo, por exemplo, o número de trabalhadores com carteira assinada recebendo até um mínimo não representa mais do que 5,2% da força de trabalho, incluindo-se tanto o setor privado quanto público. Embora estes dados - somados à existência de um segmento informal na economia que concentra grande parte dos indivíduos pobres e que está fora do alcance da regulação incidente sobre os salários - induzam-nos a crer que um aumento do mínimo teria um reduzido impacto sobre a renda per capita e a distribuição de renda, esse argumento não chega a ser verdadeiro.

Em trabalho divulgado em fevereiro pela consultoria Macrométrica, constata-se que houve um incremento significativo no grau de efetividade do salário mínimo nos últimos anos - medido pela proporção de indivíduos cujos reajustes salariais mensais são exatamente iguais aos do mínimo. O referido trabalho mostra que a proporção de empregados cujos reajustes coincidem com os do mínimo subiu de algo como 6% na primeira metade dos anos 80 para 14% no período pós Real, tendo esse ganho de efetividade sido maior nos dois últimos reajuste (maio/95 e maio/96). Além disso, o crescimento da efetividade observado entre os trabalhadores do segmento informal é muito superior ao observado no restante do mercado de trabalho, o que indica que o salário mínimo vem funcionando como balizador das rendas do trabalho no segmento informal. Para as categoria que ganham salários mais altos há também um *efeito cascata*, na medida em que pelo menos parte do aumento do salário mínimo é repassado a essas categorias. Esse repasse tanto nas categorias de salário mais alto quanto no mercado informal, se explica pelo contínuo desmantelamento da política de indexação salarial ocorrida nos últimos anos no Brasil.

Desta forma, verifica-se que os acréscimos ocorridos no salário mínimo explicam parcialmente a recente redução dos níveis de pobreza e a melhoria da distribuição de renda ocorrida no período pós Real. Cabe salientar ainda que as atuais mudanças de valor real do salário mínimo têm um caráter muito menos transitório que as verificadas no período de alta inflação.

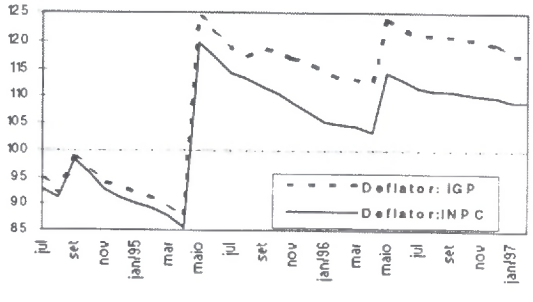
Apesar de seus efeitos benéficos do ponto de vista social, um aumento do salário mínimo teria, como já mencionado, um impacto expressivo sobre as contas públicas. Vale lembrar que a despesa com benefícios do INSS que era equivalente a 4,7% do PIB em 1994, passou a 5,0% do PIB em 1995 e atingiu 5,4% do PIB em 1996, o que se deve ao acréscimo dos benefícios em percentual superior à inflação média da economia, em 1995 e 1996. Cabe mencionar que o valor de 5,4% do PIB corresponde a mais de cinco vezes o total do gasto com o setor de saúde pelo governo federal, e que o aumento de 0,4% do PIB ocorrido entre 1995 e 1996 equivale a aproximadamente um ano de arrecadação da CPMF, o que está longe de ser considerado desprezível.

Desta forma, o Governo deverá até maio tentar uma solução para esse dilema que: i) do lado fiscal, recomenda um reajuste do salário mínimo o menor possível, o que seria compatível com uma trajetória de déficit público gradualmente declinante; e ii) do lado social, sugere um reajuste maior, como forma de amenizar a grande disparidade de renda no país.

Tabela 1: Valor real médio do salário mínimo
Base junho 1994 = 100

	Deflator	
	IGP	INPC
Média 2° sem /94	94,9	93,7
Média ano 1995	109,4	104,5
Média ano 1996	118,6	109,0

Gráfico 1: Evolução real do salário mínino
Base jun/94 = 100



Para obter mais dados sobre o tema, consultar Boletim Macrométrica - Fevereiro/97 -Estudo especial e Jatobá, Jorge e Chahad, José; O papel do salário-mínimo no contexto da estabilização econômica, em Mercado de trabalho - conjuntura e análise, n. 3, jan/97, IPEA.

ÍNDICE

◆Nível de Atividade:
PIB tem crescimento de 2,9% em 1996.....2

◆Inflação:
Grupo alimentação pressiona taxa de inflação.....3

◆Finanças Públicas:
Tesouro registra superávit primário em fevereiro 4

◆Mercado Financeiro:
Aumenta a participação de títulos públicos federais atrelados ao dólar 5

◆Setor Externo:
Déficit de US$ 2 bilhões no bimestre.....6

◆Operações do BNDES e FINAME:
Evolução das operações.....7

◆Anexo Estatístico.....9

◆Nota Técnica 11

◆ Nível de Atividade

PIB tem crescimento de 2,9% em 1996

Em 1996, o PIB teve um acréscimo de 2,9%. No último trimestre, o crescimento dessazonalizado em relação ao terceiro trimestre foi de 0,7%, tendo a taxa de crescimento recuado em relação à verificada nos trimestres anteriores. Vale lembrar que a economia havia crescido 2,7% no terceiro ante o segundo trimestre e 1,7% no segundo ante o primeiro trimestre do ano passado. Apesar da menor taxa, a tendência de crescimento se manteve pelo quinto mês consecutivo, de modo que comparado-se com o quarto trimestre de 1996 com o mesmo período de 1995, o PIB teve um acréscimo de 5,4%.

Em termos setoriais, o destaque é para o setor agropecuário cujo crescimento de 3,1% ficou bem acima do projetado pela maior parte dos analista no início do ano passado. Esta reversão do quadro está associada, por um lado à redução da safra agrícola que ficou muito aquém da previsto, tendo o ano se encerrado com uma queda da produção de lavouras de 0,8%; por outro, ao significativo crescimento da produção animal que fechou 1996 com um acréscimo de 7,8%.

No setor industrial, as atividades de extração mineral, construção civil e serviços industriais de utilidade pública (SIUP) tiveram um excelente desempenho experimentando um crescimento de 9,7%; 5,5% e 6,5%, respectivamente. Particularmente, a construção civil sofreu impacto do período eleitoral, quando houve forte incremento de obras públicas. A indústria de transformação, entretanto, teve um desempenho medíocre, tendo crescido modestos 0,8%. O desempenho da indústria de transformação foi marcado, ainda, por forte discrepância setorial, tendo, por exemplo, o setor de bens de capital sofrido forte retração.

No setor de serviços, os segmentos com maior crescimento foram os de comunicações e comércio, cujo acréscimo foi de 5,1% e 11,4%, respectivamente. As instituições financeiras tiveram nova retração, tendo a queda acumulada ao longo do ano sido de 8,9%.

ÍNDICE DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL COM AJUSTE SAZONAL

Mês	1996	1997
Janeiro	110,0	117,0
Fevereiro	109,7	
Março	109,7	
Abril	112,8	
Maio	112,8	
Junho	111,9	
Julho	117,9	
Agosto	117,2	
Setembro	118,7	
Outubro	118,3	
Novembro	119,4	
Dezembro	117,6	
Média	114,6	

Fonte: IBGE

TAXA DE DESEMPREGO ABERTO - BRASIL

Mês	1996	1997
Janeiro	5,26	5,14
Fevereiro	5,70	
Março	6,38	
Abril	6,03	
Maio	5,91	
Junho	5,92	
Julho	5,58	
Agosto	5,56	
Setembro	5,23	
Outubro	5,14	
Novembro	4,56	
Dezembro	3,82	
Média	5,42	

Fonte: IBGE

Atividade industrial estável em janeiro

O índice de produção industrial do IBGE mostra que o setor inicia o ano operando num patamar próximo ao observado no final do ano passado. Na comparação entre janeiro/97 e dezembro/96, o índice com ajuste sazonal aponta uma redução de apenas 0,5% para o total da industria. Por categoria de uso, os segmentos de bens de capital, de bens intermediários e de bens semiduráveis e não duráveis mostram queda do índice dessazonalizado de 3,9%; 1,5% e 1,5%, respectivamente. Ao contrário, a produção de bens de consumo duráveis teve em janeiro um acréscimo dessazonalizado de 7,7% em relação à dezembro último.

CNI registra crescimento das vendas reais da indústria

Os dados da CNI mostram um crescimento dessazonalizado de 3,7% das vendas industriais em janeiro e de 2,6% das horas trabalhadas. A utilização da capacidade instalada teve uma queda na série dessazonalizada fechando em 78,1% contra os 78,9% verificados em dezembro último, o mesmo acontecendo com o emprego industrial que recuou 0,69%.

Faturamento real do comércio tem queda em fevereiro

Os dados da FCESP mostram que o faturamento real do comercio varejista teve uma queda dessazonalizada de 8,6% na comparação entre fevereiro e janeiro. Sem os números do segmento de concessionárias, esse decrescimo é um pouco menor - de 4,2%, também na série dessazonalizada.

Emprego na indústria paulista

Segundo a FIESP, o nível de emprego na industria registrou uma queda de 0,37% em fevereiro, o que corresponde a 6.990 demissões. Houve uma melhora em relação ao nível registrado em janeiro/97 - de menos - 0,45%, com a demissão de 8.497 trabalhadores - e fevereiro/96 - de menos 0,65%, com a demissão de 24.901 trabalhadores.

Taxa de desemprego aberto do IBGE

A taxa de desemprego aberto apurada pelo IBGE em janeiro foi de 5,14%, mostrando um significativo crescimento em relação à taxa de dezembro (3,82%), mas uma ligeira queda em relação a janeiro/96 (5,26%).

02 ABR 1997 1019640-4
AP/COPED
Centro de Pesquisas e Dados

◆Inflação

Grupo alimentação pressiona taxa de inflação

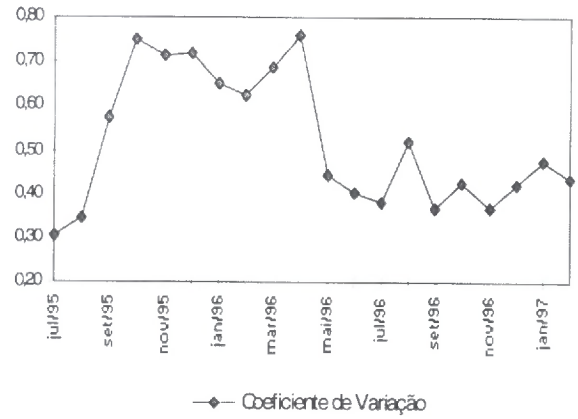
O IPC-FIPE registrou na terceira quadrissemana de março uma variação de 0,16% frente a uma variação de 0,01% ocorrida no mês de fevereiro. Esta alta ocorreu principalmente em função do comportamento dos preços dos alimentos, que sofreram uma variação positiva de 1,48% na terceira quadrissemana de março, em contraposição a um aumento de 0,76% ocorrido no mês passado.

Enquanto no ano passado os alimentos e produtos industrializados causaram a queda da taxa de inflação, ao contrário dos serviços, neste ano a alimentação é o principal fator de pressão inflacionária. Esta pressão está associada ao aumento nos preços das commoditties de produtos como o café, açucar, soja e laranja, ocasionado por fatores externos. Este aumento dos preços não chega a ser preocupante devido à entrada de uma safra recorde, tendo assim, um reflexo sazonal na taxa de inflação. As carnes também apresentaram um aumento de preços, principalmente a bovina, devido ao grande abate de vacas nos últimos dois anos, fazendo com que o preço do bezerro, atualmente escasso, subisse.

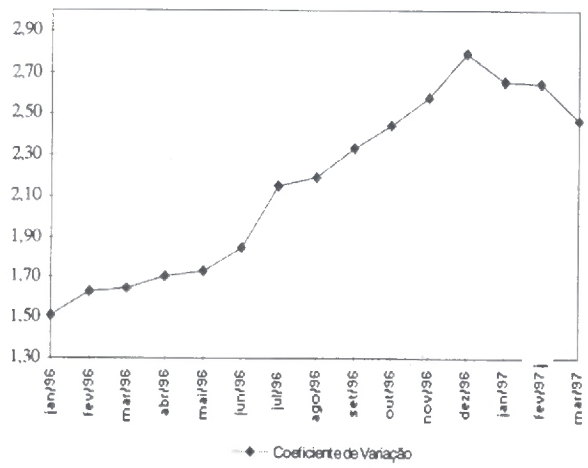
Outro comportamento a ser destacado é o do item vestuário, que sofreu a maior baixa, registrando uma variação negativa de 4,20% na terceira quadrissemana de março, frente a uma variação de -3,63% ocorrida no mês de fevereiro, mantendo assim, a sua tendência de queda. Esta pressão de baixa decorreu das liquidações de verão e das queimas de estoque para a entrada da nova coleção outono- inverno.

O IGP-M registrou uma variação de 1,15% em março, ante o resultado de 0,43% referente ao mês de fevereiro.

ÍNDICE DE DISPERSÃO
INDICADORES AGREGADOS
ACUMULADO 12 MESES



ÍNDICE DE DISPERSÃO
DESAGREGAÇÃO FIPE
ACUMULADO 12 MESES



Grandes diferenças na taxa de inflação de março

O mês de março vai registrar grandes diferenças entre os índices de inflação, devido aos diferentes pesos que cada item possui dentro da composição destes índices. Estas diferenças vão se dar pelo comportamento dos preços dos alimentos, que registraram uma variação positiva de 1,48% na terceira quadrissemana de março, pressionando assim a taxa de inflação deste mesmo mês.

A FIPE projeta para o fechamento do mês uma taxa próxima de 0,2%. A diferença é que para a Fundação Getúlio Vargas, o peso dos produtos agrícolas na composição do índice é maior do que no IPC-FIPE. Isso se deve à participação dos produtos agrícolas no IPA.

Dispersão dos preços relativos

A dispersão dos preços relativos, no que diz respeito aos índices IPA-Agrícola, IPA-Industrial, INPC/IBGE, IPC-FIPE, IPC/FGV(IGP) e INCC, medida pelo coeficiente de variação (desvio padrão/média), registrou uma queda no mês de fevereiro. Este resultado decorreu, principalmente, da redução da maior taxa acumulada em 12 meses de 18,14% para 16,86%, correspondente ao IPA-Agrícola.

No que diz respeito à dispersão dos preços entre os subgrupos do IPC-FIPE, observa-se uma redução em março. Isso decorreu, principalmente, da queda da taxa acumulada em 12 meses de 15,44% para 10,49%, correspondente ao item educação. E, por outro lado, do aumento das menores taxas acumuladas em 12 meses, tanto do item alimentação quanto do item vestuário, que passaram de 2,80% para 4,55% e de -3,36% para -1,42%, respectivamente.

◆Finanças Públicas

Tesouro registra superávit primário em fevereiro

Tomando-se por base os valores a preços constantes de fevereiro (Deflator: IGP-DI), o Tesouro Nacional teve em fevereiro um superávit primário de R$ 1.382 milhões, o que representa uma melhora frente ao déficit de R$ 697 milhões verificado em janeiro último e ao pequeno superávit de R$ 264 milhões obtido em fevereiro do ano passado. Esse resultado é creditado ao crescimento da receita e à queda das despesas, em especial dos gastos com pessoal e transferências para Estados e Municípios e outras vinculações.

Com relação à receita, o Tesouro arrecadou, em fevereiro, R$ 8.451 milhões, o que representa um crescimento real de 9,8% em relação aos R$ 7.695 milhões obtidos em fevereiro do ano passado e de 4,4% em relação aos R$ 8.098 milhões obtidos em janeiro último. O crescimento em relação ao mesmo mês do ano passado se deve principalmente à arrecadação da CPMF.

No tocante às despesas, foram gastos em fevereiro, R$ 8.035 milhões, o que representa 82% dos R$ 9.823 milhões gastos em janeiro e 94% dos R$ 8.539 milhões gastos no mesmo mês do ano passado. O aspecto mais positivo ficou por conta do valor da rubrica de despesas de pessoal que ficou 9,0% abaixo do valor registrado em fevereiro de 1996 e 20,2% abaixo do apurado em janeiro. Vale lembrar que a comparação com janeiro fica prejudicada pelo fato deste mês concentrar o grosso dos desembolsos decorrentes das despesas de férias do funcionalismo.

No acumulado do ano, o superávit primário do Tesouro é de R$ 685 milhões contra um déficit de R$ 1.173 milhões em igual período de 1996. No acumulado em 12 meses, o superávit do Tesouro monta R$ 9.163 milhões (ver Gráfico)

Déficit operacional de 3,65% em 12 meses

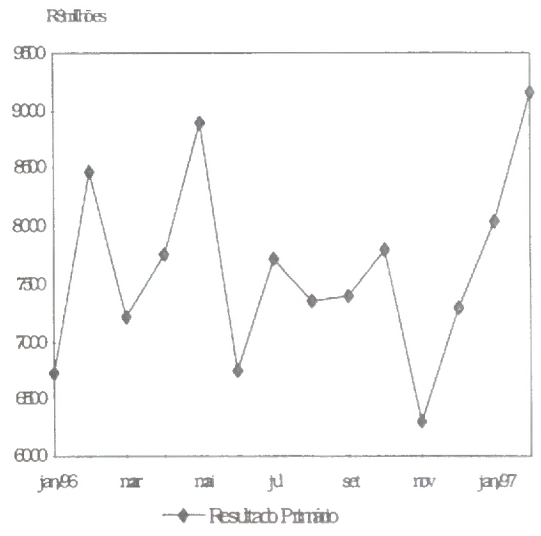
As Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) - que incluí o Governo Central, Estados e Municípios e Empresas Estatais - no conceito operacional registraram um déficit de 3,65% no acumulado em 12 meses até janeiro, abaixo dos 3,85% do PIB no acumulado até dezembro e dos 5,47% do PIB registrados até janeiro do ano passado.

A melhora do resultado operacional decorreu de: i) uma queda das despesas com juros reais sobre a dívida que passaram de 5,13% do PIB no acumulado em 12 meses até janeiro/96 para 3,66% no acumulado em 12 meses até janeiro/97; e ii) uma melhora do resultado primário que evoluiu de um déficit de 0,34% do PIB no acumulado em 12 meses até janeiro/96 para um superávit de 0,01% do PIB no acumulado em 12 meses até janeiro/97.

Em termos de resultado primário, apenas os Estados e Municípios apresentaram déficit no acumulado em 12 meses em janeiro. O déficit equivale a 0,48% do PIB, e mostra que parte importante do ajuste da contas públicas dependerá do desempenho das finanças de Estados e Municípios. No caso do Governo Central e das Empresas Estatais, o superávit primário foi de 0,29% e 0,20%, respectivamente.

Com isso, segundo dados do BACEN a dívida líquida do setor púbico - incluindo-se o Governo Central, Estados e Municípios e Empresas Estatais - em janeiro último era de R$ 273,6 milhões, o que corresponde a 34,4% do PIB. Deste total, apenas R$ 32,8 milhões - o que equivale a 4,1% do PIB - correspondiam a dívidas contratadas no exterior. Ainda segundo dados do BACEN, o custo médio dessa dívida - interna e externa - , em janeiro, ficou em 1,43 ao mês, o que implica uma taxa anualizada de 18,5%.

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL
ACUMULADO EM 12 MESES
PREÇOS CONSTANTES FEVEREIRO DE 1997



Fonte: STN

◆Mercado Financeiro

Copom reduz TBC a 1,58% e TBAN a 1,78%

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu de 1,62% para 1,58% a Taxa Básica do Banco Central (TBC) de abril .A Taxa de Assistência Bancária do Banco Central (TBAN), que serve como teto do juro cobrado nas operações de liberação de recursos nas linhas de redesconto, caiu de 1,80% para 1,78%. O Copom portanto ampliou a distância entre a TBC e a TBAN de 0,18% para 0,20%.

Essa decisão indica que o Banco Central manteve a trajetória e a intensidade da queda das taxas de juros, sinalizando para o mercado a continuidade da política monetária. Vale lembrar que depois que o Banco Central realizou, em 17/3, uma correção de 0,28% na minibanda de flutuação do dólar, alguns especialistas do mercado julgaram que a queda dos juros iria ser refreada.

A manutenção da política de redução gradual das taxas de juros tem na prática maior impacto sobre a dívida pública - com a redução do custo de rolagem dos passivos federais, estaduais e municipais - que sobre o nível de atividade. Isto porque a taxa de juros de empréstimos dos bancos continua ainda muito superior à taxa SELIC.

Mercado Futuro

No dia 31 de março, o mercado futuro projetava para os meses de abril, maio e junho, uma taxa efetiva de juros de 1,60%; 1,58% e 1,60%, respectivamente. Os contratos de US$ futuro com fechamento em 1/5, 1/6 e 1/7, por sua vez, registram cotações de R$1,067; R$ 1,074 e R$ 1,082, respectivamente.

Aumenta a participação de títulos públicos federais atrelados ao dólar

Segundo dados do Banco Central, em janeiro último dos R$ 179,6 bilhões de títulos públicos federais fora do Banco Central, 12,8% estavam atrelados à variação cambial. Em contrapartida, os títulos atrelados à TR, ao IGP-M, à taxa SELIC, à TJLP e pré-fixados representavam 7,9%; 0,7%; 18,6%; 1,3% e 58,8%, respectivamente.

Vale lembrar que em janeiro do ano passado, o percentual de títulos públicos com remuneração balizada pela variação cambial correspondia a 5,8% do estoque total de títulos. Em termos de valor, o crescimento percentual dos títulos atrelados ao US$ representa um acréscimo de R$ 15,6 bilhões em relação à janeiro/96, de modo que em janeiro último o estoque destes títulos era de R$ 23,0 bilhões.

O crescimento da participação relativa dos títulos atrelados ao US$ se deu em detrimento da participação dos títulos remunerados à TR, ao IGP-M e à taxa SELIC. Note-se que a participação desses títulos em janeiro do ano passado era de 9,0% ; 3,7% e 33,1%, respectivamente.

Resultado da poupança em fevereiro

Em fevereiro, a captação líquida da caderneta de poupança foi de R$ 738 milhões, bem abaixo dos R$ 3.513 milhões captados em janeiro e dos R$ 4.191 milhões captados em fevereiro. No total, as cademetas de poupança totalizavam no final de fevereiro depósitos de R$ 78,1 bilhões.

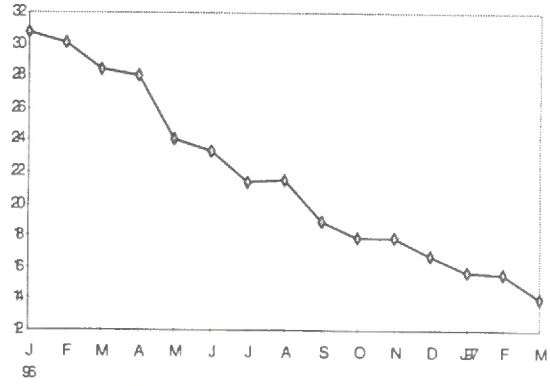
Possível anualização da taxa de juros

O diretor de política monetária do Banco Central anunciou recentemente a intenção do Governo de num futuro próximo passar a operar com taxas de juros - SELIC, TBC e TBAN - com referência anual. Esssa alteração visa adequar a prática do mercado financeiro a um contexto de menor taxa de inflação.

Intervenção no Bamerindus

O Banco Central anunciou no dia 26 último a decisão de intervenção e venda do Banco Bamerindus para o grupo financeiro inglês Hongkong and Shangai Banking Corp (HSBC). A transação envolveu não apenas a transferência para o Banco Central dos créditos de difícil recebimento, como também a assunção da carteira de créditos imobiliária pela Caixa Econômica Federal e das linhas de crédito no exterior e da carteira rural pelo Banco do Brasil . Houve ainda a injeção de recursos pelo HBSC e financiamento através de linha de crédito do PROER.

TAXA DE JUROS REAL: OVER ACUMULADO 12 MESES



Fonte: Gazeta Mercantil

Deflator IGP-M

◆Setor Externo

Déficit de US$ 2 bi no bimestre

Devido à problemas no sistema informatizado de importações, o resultado do mês de fevereiro estaria " inflado" por ter contabilizado compras que deixaram de ser registradas no mês de janeiro. Sendo assim, o resultado relevante é o déficit de US$ 2 bilhões no bimestre e não tanto o resultado mensal de fevereiro.

O valor das exportações registrado no mês de fevereiro foi de US$ 3,1 bilhões, sendo prejudicado pela redução na venda de produtos metalúrgicos e de farelo de soja, os quais apresentaram as maiores quedas em relação ao primeiro bimestre de 1996, de 25,56% e 17,81% respectivamente. As exportações que mais cresceram foram as de café (77,53%), carnes (27,51%), material de transporte (15,12%) e materiais eletroeletrônicos (13,76%).

As importações efetuadas neste mesmo mês contabilizaram US$ 4,8 bilhões, registrando assim um déficit de US$ 1,6 bilhão no mês de fevereiro (sem contabilizar as importações no valor de US$ 473 milhões em combustíveis e lubrificantes no mês de janeiro). As importações que mais cresceram foram as de produtos siderúrgicos (84,97%), veículos automotivos (82,68%), alimentos industrializados (60,12%) e combustíveis (59,12%). As maiores quedas registradas foram as de álcool etílico (49,12%) e gorduras, óleos e ceras (16,42%).

As expectativas de déficits menores poderão ser confirmadas nos próximos meses. A partir de março ou abril, parte da safra agrícola começa a ser exportada, e os sinais são favoráveis diante de uma reação dos preços no mercado internacional de commodities, como a soja e o café. Porém, este efeito sazonal deve desaparecer a partir do mês de agosto ou setembro.

IMPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO

US$ milhões FOB

Itens	Jan - Fev		Var.%
	1997	1996	
Matérias primas e bens intermediários	4087	3.438	18.88
Combustíveis e lubrificantes	1.017	699	45.49
Bens de capital	2.147	1.594	34.69
Bens de consumo	1.611	1.134	42.06
Total	8.862	6.865	29.09

Fonte: Receita Federal.

EXPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO

em US$ milhões FOB

Itens	Jan - Fev		Var.%
	1997	1996	
Básicos	1.480	1.390	6,47
Industrializados	5.211	5.330	-2,23
Semimanufaturados	1.285	1.329	-3,31
Manufaturados	3.926	4.001	-1,87
Ops. Especiais	140	158	-11,39
Total	6.831	6.878	-0,68

Fonte: MICT - SECEX.

Criada a empresa seguradora exclusiva para as exportações

Foi criada uma empresa seguradora exclusiva para as exportações, que vai cobrir todos os riscos comerciais das operações de venda ao exterior, como inadimplência e falência do comprador. Esta nova empresa viabilizará, na prática, a operação do seguro de crédito à exportação, criado pelo governo em outubro do ano passado, que é mais um instrumento, além do aumento dos financiamentos, para viabilizar a recuperação das exportações.

Novo acordo automotivo com a Argentina gera um déficit de US$ 900 milhões

Nos próximos três anos, as montadoras brasileiras vão importar 85 mil carros argentinos, sem a necessidade de compensar esta importação com exportações no mesmo valor, de acordo com o regime automotivo.

Este acordo deve gerar para o Brasil um déficit adicional de US$ 900 milhões na balança do setor automobilístico, que no ano passado já foi de US$ 1,2 bilhão com a Argentina.

O objetivo da cota é compensar as exportações não efetuadas para o Brasil entre 1991 e 1994, por falta de capacidade de produção. Consequentemente, estes 85 mil veículos só poderam ser importados por fábricas que operavam na Argentina durante este mesmo período - Autolatina, Fiat, Mercedes- Benz, Renaul e Peugeot.

Câmbio Contratado

O câmbio contratado fechou o mês de março com um saldo de US$ 243 milhões, este saldo é idêntico ao registrado no segmento financeiro, tendo o segmento comercial tido um saldo líquido praticamente nulo.

◆Operações do BNDES e FINAME

Evolução das operações

O Sistema BNDES teve no acumulado março/96 a fevereiro/97 ante março/95 a fevereiro/96, um crescimento no montante de consultas, enquadramentos, aprovações e desembolsos de 12%, 17%, 16% e 15%, respectivamente, em termos reais. Em relação ao acumulado em 12 meses até janeiro, apenas os enquadramentos apresentaram uma elevação da taxa de crescimento (ver Gráficos página 8).

Com relação à FIMAME, no acumulado março/96 a fevereiro/97 ante março/95 a fevereiro/96 o total de consultas - neste caso, idêntico ao de enquadramentos -, aprovações e desembolsos teve um recuo de 15%, 35% e 28%, respectivamente, em termos reais.

Desembolsos por tipo de operação e empresa do Sistema

As liberações do BNDES, excluindo-se as subsidiárias BNDESPAR e FINAME, totalizaram no primeiro bimestre de 1997 R$ 832 milhões, valor esse calculado a preços constantes de fevereiro (ver Tabela 1). Deste total, R$ 490 milhões - cerca de 59% - foram liberados através de operações diretas. Em relação à igual período do ano passado, observa-se uma queda das liberações do BNDES de 17%, sendo a retração do montante liberado através de operações diretas maior - de 36%. As operações indiretas apresentaram crescimento de 43%. Entre as subsidiárias, o montante desembolsado pela FINAME entre janeiro e fevereiro caiu 23% em relação a igual período do ano passado, mesmo sendo a base de comparação já fraca. Com relação à BNDESPAR, o incremento dos desembolsos foi expressivo, tendo as liberações atingido R$ 134 milhões - um alta de 316% em relação ao primeiro bimestre de 1996. Em todos os casos, considerndo-se a variação em termos reais.

Distribuição setorial dos desembolsos

No acumulado até fevereiro/97, o total dos desembolsos do Sistema BNDES teve uma queda em termos reais de 11% em relação ao registrado em igual período do ano passado. Esta queda esteve associada à menor liberação de recursos para a indústria de transformação e para a infra-estrutura, com os desembolsos para esses setores decrescido 14% e 21%, respectivamente. Paralelamente, os desembolsos para os setores agropecuário e de serviços tiveram um crescimento de 13% e 48% em relação ao primeiro bimestre de 1996 (ver Tabela 2).

Em termos de participação relativa, entretanto, dos R$ 1.272 milhões liberados no primeiro bimestre de 1997, R$ 543 milhões se destinaram à indústria de transformação e R$ 486 milhões à projetos na área de infra-estrutura. Este dois setores responderam em conjunto por 81% das liberações do Sistema BNDES. Dentro da indústria de transformação, as indústrias de produtos alimentares e de bebidas, mecânica e papel e celulose foram as que receberam maior volume de desembolsos.

Os setores de serviços e agropecuário, por sua vez, foram responsáveis por 9,6% e 7,4%, respectivamente, dos desembolsos do Sistema, o que equivale no total a liberação de R$ 216 milhões.

Tabela 1:
DESEMBOLSOS DO SISTEMA - R$ milhões (1)
Acumulado janeiro a fevereiro

Itens	1996	1997	Var.%(2)
BNDES	**1003**	**832**	**-17,1**
Op.Diretas	765	490	-35,9
Op. Indiretas	239	342	43,1
FINAME	**397**	**307**	**-22,7**
BNDESPAR	**32**	**134**	**316,2**
Total	**1433**	**1.272**	**-11,2**

Fonte: AP/DEPLAN/GEPLE/COEST
Nota: 1) Preços de fevereiro/97 - Deflator: IGP-DI; e
(2) Valor acumulado até o último mês (fevereiro) vis-à-vis o mesmo período do ano anterior

Tabela 2
DESEMBOLSOS SETORIAIS DO SISTEMA -R$milhões (1)
Acumulado janeiro a fevereiro

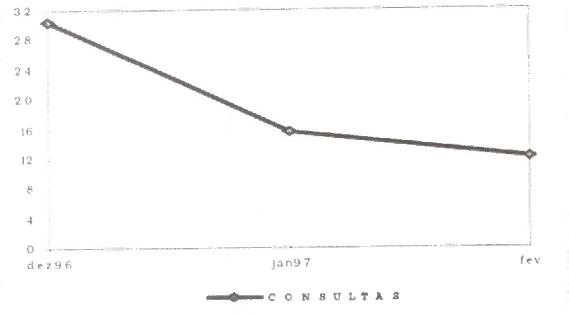
	1996	1997	Var.% (2)	Part% 1997
TOTAL	1433	1272	-11,2	100,0
AGROPECUÁRIA	84	94	12,6	7,4
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	635	543	-14,4	42,7
METALURGIA	35	41	17,6	3,2
MECÂNICA	82	97	17,8	7,6
MATERIAL DE TRANSPORTE	123	32	-74,1	2,5
CELULOSE E PAPEL	53	95	79,7	7,5
QUÍMICA, P.,FARM.,PERF.,SABÃO E VELAS	77	28	-63,5	2,2
PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS	110	145	32,2	11,4
OUTRAS	154	104	-32,2	8,2
INFRA-ESTRUTURA	618	486	-21,3	38,2
SERVIÇOS	82	122	48,1	9,6
OUTROS	14	27	89,7	2,1

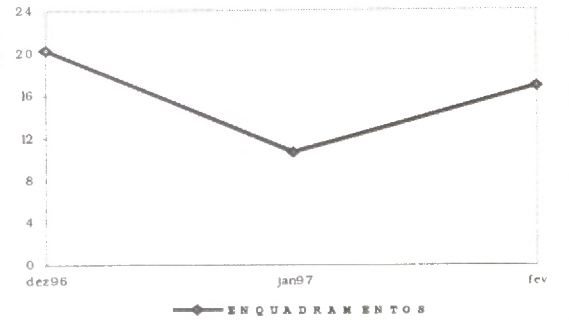
Fonte: AP/DEPLAN/GEPLE/COEST
Nota: 1) Preços de fevereiro/97 - Deflator: IGP-DI; e
2) Valor acumulado até o último mês (fevereiro) vis-à-vis o mesmo período do ano anterior

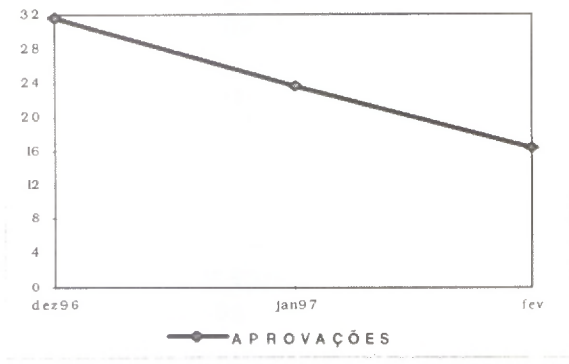
◆Operações do BNDES e FINAME - Variação real (%)

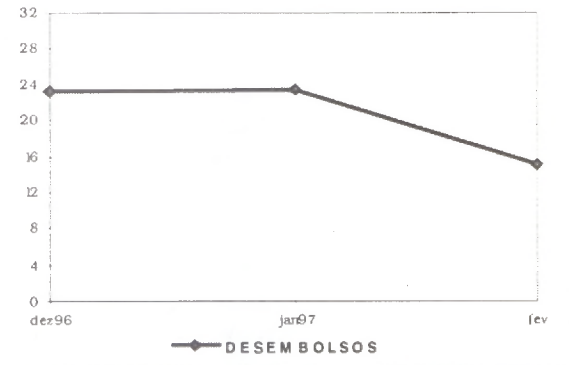
(Acumulado 12 meses até o último mês *vis-à-vis* acumulado 12 meses até o mesmo mês do ano anterior.)

SISTEMA BNDES(1)





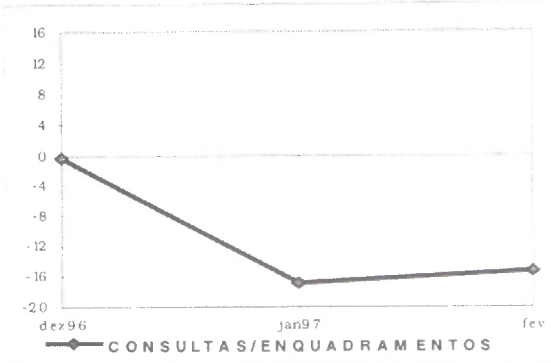


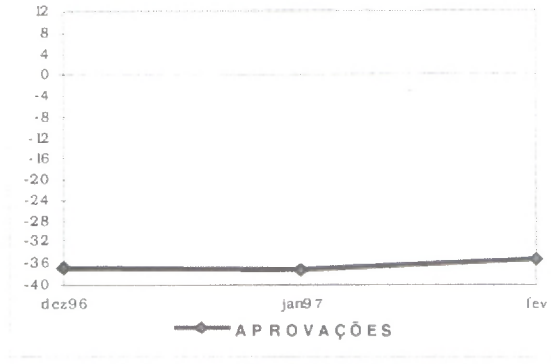


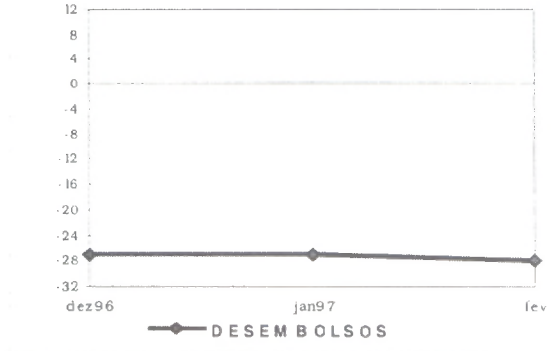
Fonte: AP/DEPLAN/GEPLE/COEST.
Elaboração : AP/DEPEC/GESTE 2.

Notas: (1)) Inclui as operações do BNDES, FINAME e BNDESPAR. Deflator: IGP-DI.

FINAME







EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO CUSTO DA CESTA DE MOEDAS DO BNDES

	IGP-M/ FGV			*Dólar Comercial (var.%)			**Unid. Monet. BNDES			***Encargos Cesta de Moedas do BNDES
	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	no mês	no ano	12 meses	
jan/96	1,73	1,73	16,16	0,63	0,63	16,24	-0,80	-0,80	14,55	6,6481
fev	0,97	2,72	15,68	0,57	1,20	15,60	0,04	-0,76	13,33	6,6481
mar	0,40	3,13	14,86	0,39	1,60	10,28	-0,32	-1,08	3,04	6,6481
abr	0,32	3,46	12,86	0,46	2,06	8,72	-0,20	-1,28	-3,00	6,5518
mai	1,55	5,06	13,94	0,59	2,66	10,21	-0,21	-1,48	-3,79	6,5518
jun	1,02	6,13	12,34	0,60	3,28	8,94	-0,28	-1,76	-4,87	6,5518
jul	1,35	7,57	11,82	0,68	3,98	8,04	1,52	-0,27	-4,36	7,4037
ago	0,28	7,87	9,72	0,56	4,56	6,94	1,19	0,92	-0,87	7,4037
set	0,10	7,97	10,62	0,45	5,03	7,07	-1,46	-0,55	1,13	7,4037
out	0,19	8,18	10,26	0,60	5,66	6,83	-0,76	-1,31	-0,72	7,4372
nov	0,20	8,40	9,17	0,54	6,24	6,88	0,04	-1,27	-0,69	7,4372
dez	0,73	9,19	9,19	0,60	6,87	6,87	-0,83	-2,09	-2,09	7,4372
jan/97	1,77	1,77	9,23	0,64	0,64	6,88	-3,60	-3,60	-4,85	7,0112
fev	0,43	2,21	8,65	0,52	1,16	6,83	-0,36	-3,95	-5,23	7,0112
mar	1,15	3,38	9,46	0,74	1,91	7,20	-0,10	-4,04	-5,02	7,0112

Fonte: BNDES e Gazeta Mercantil.

**Taxa de final de período.*

***Composição da cesta de moedas do BNDES: Dólar (19%), Iene (17,18%), Marco (3,66%), demais (60,16%).*

****Refere-se ao custo total da cesta, juros=IR, onde: 1º trim - 16/01 a 15/04; 2º trim. - 16/04 a 15/07; 3º trim. - 16/07 a 15/10 e 4º trim - 16/10 a 15/01*

QUADRO DAS PREVISÕES ANUAIS (*)

INSTITUIÇÕES	PIB**								FBKF (%DO PIB)		NFSP (%DO PIB)		Exportações (US$ bilhões)		Importações (US$ bilhões)		B. Comercial (US$ bilhões)		Saldo emC. Corrente (US$ Bilhões)	
	TOTAL		IND*		AGR		SERV													
	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998	1997	1998
Banco da Bahia	3,8	-	3,7	-	2,7	-	6,0	-	17,0	-	3,5	-	50,3	-	60,7	-	-10,4	-	-32,5	-
Banco de Boston	3,9	-	3,9	-	8,0	-	2,9	-	17,0	-	3,5	-	51,3	-	61,0	-	-9,7	-	-	-
Garantia	3,9	4,7	4,0	5,1	3,6	5,5	3,9	4,1	-	-	3,3	3,0	50,4	53,4	60,8	67,5	-10,4	-14,1	-31,2	-37,0
JP Morgan	3,5	4,5	-	-	-	-	-	-	-	-	3,5	3,8	50,6	53,6	63,9	72,3	-13,3	-18,7	-34,5	-42,4
LCA	4,3	5,3	4,2	5,4	5,5	4,0	3,5	5,5	17,4	18,3	2,9	2,1	50,1	53,3	58,9	63,1	-8,8	-9,8	-30,5	-34,4
MCM Consultores	4,1	4,7	3,9	4,5	5,3	5,2	3,8	4,8	17,3	21,0	3,0	2,8	50,3	53,1	60,1	68,2	-9,8	-15,1	-31,5	-39,4
Nomura	4,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,2	-	-	-	-	-	-8,5	-	-26,7	-
Rosemberg	4,0	-	3,5	-	5,0	-	4,2	-	17,5	-	3,5	-	50,0	-	60,0	-	-10,0	-	-32,0	-
Salomon Brothers	3,7	3,4	3,5	4,5	4,0	5,5	3,2	4,2	16,5	17,5	3,5	3,0	49,5	53,9	61,1	68,9	-11,6	-15,0	-	-
Trend Consultoria	3,7	3,4	4,5	3,5	4,7	4,0	2,8	3,2	16,5	17,5	3,5	3,0	49,5	53,9	61,1	68,9	-11,6	-15,0	-38,9	-42,1
Média	3,9	4,3	3,8	4,6	4,8	5,1	3,8	4,4	17,0	18,6	3,3	3,0	50,2	53,5	60,8	68,2	-10,4	-14,6	-32,2	-39,1
Desvio Padrão	0,28	0,70	0,32	0,65	1,49	0,69	0,95	0,77	0,38	1,44	0,22	0,50	0,52	0,30	1,27	2,72	1,36	2,60	3,26	3,05

(**) Variação percentual

INFLAÇÃO - QUADRO DAS PREVISÕES

INSTITUIÇÕES	IPC-FIPE				IGP-M			
	abr	mai	jun	1997	abr	mai	jun	1997
Banco Cindam	0,6	0,7	1,0	5,9	0,7	0,9	1,0	6,8
Banco da Bahia	0,6	-	-	-	-	-	-	-
Banco Marka	0,5	0,5	-	-	0,5	0,3	-	-
BBA	0,4	0,5	0,4	6,5	0,4	0,4	0,5	6,2
Citibank	0,7	0,7	1,1	6,5	-0,1	0,4	0,6	6,7
Dinheiro Vivo	0,4	-	-	-	0,3	-	-	-
Garantia	-	-	-	6,5	-	-	-	-
LCA	-	-	-	5,8	-	-	-	-
MCM Consultores	0,3	0,7	-	6,6	0,3	0,3	-	-
Rosemberg	0,1	0,3	-	6,0	0,4	0,3	-	4,5
Salomon Brothers	0,4	1,2	-	-	0,1	0,5	-	-
Trends	0,4	1,2	1,5	7,1	0,1	0,5	0,8	7,1
Média	0,4	0,6	0,8	6,3	0,3	0,4	0,7	6,1
Desvio Padrão	0,2	0,3	0,4	0,3	0,2	0,2	0,3	1,1

ÍNDICES ECONÔMICOS

mês	Taxa de variação dos preços(%)						Taxa Referencial de juros (%)	Taxa de Câmbio-venda SP R$/US$		
	INPC	IPC (FIPE)	IGP-M (FGV)	IGP-DI (FGV)	IPA-DI (FGV)	IPA Ind (FGV)		Comercial Média	Comercial (*)	Paralelo (*)
jan/96	1,46	1,82	1,73	1,79	1,31	0,21	1,25	0,98	0,98	0,99
fev	0,71	0,40	0,97	0,76	0,47	0,03	0,96	0,98	0,98	0,99
mar	0,29	0,23	0,40	0,22	-0,07	-0,15	0,81	0,99	0,99	0,99
abr	0,93	1,62	0,32	0,70	0,41	0,37	0,66	0,99	0,99	1,02
maio	1,28	1,34	1,55	1,68	1,34	0,23	0,59	1,00	1,00	1,02
junho	1,33	1,41	1,02	1,22	0,94	0,40	0,61	1,00	1,00	1,04
julho	1,20	1,31	1,35	1,09	1,38	0,13	0,59	1,01	1,01	1,04
agosto	0,50	0,34	0,28	0,00	-0,05	0,44	0,63	1,01	1,02	1,03
setembro	0,02	0,07	0,10	0,13	0,41	0,33	0,66	1,02	1,02	1,04
outubro	0,38	0,58	0,19	0,22	0,24	0,20	0,74	1,03	1,03	1,10
novembro	0,34	0,34	0,20	0,28	0,24	0,36	0,81	1,03	1,03	1,10
dezembro	0,33	0,17	0,73	0,88	1,21	1,29	0,87	1,04	1,04	1,12
Acum.Ano	9,12	10,04	9,19	9,33	8,10	3,90	9,57	-	-	-
jan/97	0,81	1,23	1,77	1,58	1,67	0,36	0,74	1,04	1,05	1,09
fevereiro	0,45	0,01	0,43	0,42	0,34	0,35	0,66	1,05	1,05	1,10
março	-	-	1,15	-	-	-	-	1,06	1,06	1,15
Acum.Ano	1,26	1,24	3,38	2,01	2,02	0,71	1,40	-	-	-

(*) Final de período.

Fonte: Gazeta Mercantil.

REMUNERAÇÃO REAL DOS ATIVOS FINANCEIROS (%) 1

Mês	Bolsa SP	Poupança	Over	Ouro-Spot	Paralelo	Comercial	CDB
jan/96	17,79	0,03	0,83	2,83	-3,18	-1,08	0,46
fev	-4,69	0,49	1,36	-1,74	-0,96	-0,39	1,08
mar	-0,45	0,91	1,81	0,15	0,41	-0,01	1,48
abr	3,89	0,84	1,74	-1,18	2,39	0,14	1,38
maio	9,22	-0,45	0,45	-1,21	-1,24	-0,94	0,12
junho	4,45	0,09	0,94	-3,29	0,15	-0,41	0,72
julho	-0,04	-0,26	0,56	0,83	-1,33	-0,66	0,18
agosto	1,94	0,85	1,69	0,52	-0,47	0,28	1,22
setembro	2,89	1,06	1,80	-1,84	0,58	0,35	1,53
outubro	1,15	1,05	1,66	0,78	5,57	0,41	1,30
novembro	1,83	1,12	1,60	-1,14	-0,65	0,34	1,28
dezembro	4,84	0,64	1,06	-1,08	1,54	-0,13	0,73
Acum. no ano	49,96	6,54	16,63	-6,32	2,57	-2,09	12,09
jan/97	11,17	-0,51	-0,04	-8,21	-4,37	-1,11	-0,38
fev	10,37	0,73	1,23	5,28	0,49	0,09	1,14
mar	1,27	-0,02	0,48	-3,60	3,36	-0,40	0,28
Acum. no ano	24,26	0,20	1,68	-6,84	-0,67	-1,42	1,04

(1) Deflacionados pelo IGP-M

Fonte: Gazeta Mercantil

CUSTO DO CRÉDITO

Mês	TJLP	LIBOR* (6 meses)	Capital de Giro pré fixado*	Res. 63 **	Desconto de duplicata#	Export notes**	ACC**	Repasses do BNDES##	
								BNDES/FINAME automáticos	FINAME agrícola
jan/96	-	5,13	102,24	24,65	6,32	21,55	9,51	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
fev	-	5,13	88,48	25,50	6,11	20,75	9,43	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
mar	18,34	5,35	83,45	25,07	5,77	18,99	9,29	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
abr	-	5,37	75,56	23,38	5,69	19,22	9,55	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
mai	-	5,43	72,78	23,02	5,53	18,08	9,53	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
jun	15,44	5,56	72,66	22,01	5,39	17,34	9,56	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
jul	-	5,69	71,96	21,78	9,53	16,79	9,22	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
ago	-	5,56	71,45	21,34	5,16	15,69	9,61	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
set	14,97	5,62	69,58	20,22	5,17	15,30	9,47	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
out	-	5,28	67,99	23,44	5,09	16,26	10,77	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
nov	-	5,41	64,60	21,41	4,97	15,07	10,92	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
dez	11,02	5,46	61,26	20,50	4,75	15,07	11,13	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
jan/97	-	5,53	61,63	19,19	4,71	14,04	10,40	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
fev	-	5,46	56,99	20,04	4,66	14,55	11,17	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0
mar***	10,33	5,89	56,63	17,73	4,49	11,39	9,86	3,5 a 6,5	5,0 a 6,0

* % ao ano. ** % ao ano mais correção cambial.

taxa antecipada - % ao mês (média mensal). ## % ao ano + TJLP.

Capital de Giro, Res.63, Desconto de Duplicata, Export Notes e ACC, calculados a partir de dados do SISBACEN.

*** Capital de Giro, Res.63, Export Notes, ACC e Desconto de Duplicata valores referentes ao dia 10/03/97.

Fonte: Banco Central.

Nota Técnica - Abertura Comercial e Indústria: atualizando os resultados

Maurício Mesquita Moreira (*)

I) Introdução

Esta nota tem como objetivo atualizar alguns dos resultados apresentados em Moreira e Correa (1996)[1], onde se procurou avaliar os impactos da liberalização comercial sobre a indústria brasileira no período 1989-95. A atualização consiste de dois procedimentos que são abordados separadamente nas duas seções que compõem esta nota: a) a incorporação da Pesquisa Industrial Anual (PIA) 93 e dos dados definitivos da PIA 92, e b) a extensão das séries de comércio exterior e da nova série de valor da produção para o ano de 1996.

II) A incorporação dos dados definitivos da PIA 92 e da PIA 93

Em Moreira e Correa (M&C) a série de valor bruto da produção em dólares foi construída a partir de informações das PIAs para os anos de 1989, 1990, 1992, convertidas para dólares pela taxa de câmbio média do ano. Essas informações serviram de base para que se estimasse o valor de produção para os outros anos através de um índice de valor da produção nominal, construído a partir do produto do índice de produção física da PIM-PF (nível 100) por um índice de preços (IPA) em nível de setor-matriz 80. Após a divulgação do estudo, no entanto, o IBGE divulgou a PIA referente ao ano de 1993, que trouxe, ainda, uma reavaliação dos resultados da PIA 92. O que se faz nesta primeira parte da nota é reestimar a série de valor da produção industrial em dólares a partir das novas informações divulgadas.

A Tabela 1 compara os resultados, em termos de índices de penetração, obtidos a partir das duas séries de valor de produção calculadas. Como se pode observar, a partir de 1992 as séries produzem resultados divergentes, tanto com relação à importação quanto à exportação. A razão para essa divergência decorre principalmente do fato de que a primeira versão da PIA 92, utilizada por M&C, subestimava o valor de produção em cerca de 2,7%. Como a PIA 92 serviu de base para a estimação dos outros anos, essa subestimação acabou afetando também o resto da série. Na série nova essa subestimação é corrigida com a utilização dos dados definitivos da PIA 92 e com a inclusão da PIA 93, sendo que esta última passa a se constituir na nova base sobra a qual se estimam os anos seguintes. Essa mudança acabou implicando em uma redução dos índices de penetração de cerca de 1 ponto percentual.

---

* Economista do Departamento Econômico do BNDES e Professor da UFRJ.

[1] "Abertura Comercial e Indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo." Texto para Discussão n°49. BNDES/Departamento Econômico, Outubro.

Tabela 1- Comparação dos Resultados Obtidos a Partir das Séries "Antiga" e "Nova": Indústria de Transformação (%)

índices de penetração	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Série antiga (Moreira e Correa 1996)							
exportação (exportação/produção)	10.1	10.7	13.8	12.6	14.5	14.5	14.9
importação (importação/produção)	4.4	6.0	8.1	6.3	8.9	10.8	15.6
Série nova							
exportação (exportação/produção)	10,1	10,7	13,8	12,2	13,6	13,7	14,0
importação (importação/produção)	4.4	6.0	8.1	6,1	8,3	10,2	14,6

Apesar de ser uma correção nada desprezível, dado a ordem de grandeza dos valores envolvidos, ela não leva a nenhuma alteração substancial nas conclusões alcançadas por M&C. Na verdade a tendência dos índices permanece a mesma, com grandes elevações nos índices de penetração das importações e pequenas elevações no índice de penetração das exportações. A atualização nos mostra, no entanto, que o grau de abertura da indústria em 1995 era pouco inferior ao que se tinha inicialmente estimado, o que reforça a idéia de que, pelo menos na média da indústria, não existem sinais de um movimento de desindustrialização desenfreada.

III- O ano de 1996

As tabelas 2 a 7 apresentam os resultados para o ano de 1996, já calculados com base na nova série de valor da produção. Com relação ao total da indústria de transformação, o que se nota é que apesar da desaceleração do crescimento tanto do PIB como da indústria de transformação em 1996, o índice de penetração das importações continuou subindo, chegando a 15,6% (importação/produção).[2] Esse comportamento sugere que o movimento de reestruturação e especialização da indústria brasileira continua em curso, com a indústria ainda sofrendo com a falta de competitividade em relação aos produtores estrangeiros. Isso é particularmente verdade para o setor de bens de capital. É importante notar, no entanto, que a velocidade pela qual as importações vinham subindo no mercado nacional teve uma queda significativa. O índice de penetração das importações depois de ter crescido 43% em 1995, teve um crescimento de apenas 6,8% em 1996.

Pelo lado das exportações, manteve-se a tendência de elevação do coeficiente exportado que chegou a 14,5%, crescendo 3,6% em relação à 1995 (2,2% em 1995/94). Apesar desse crescimento do coeficiente e da sua perceptível aceleração, o desempenho das exportações continuou bem inferior ao das importações, com o crescimento do coeficiente de penetração das importações sendo cerca de 89% superior ao do coeficiente exportado.[3] Como resultado, o déficit comercial da indústria de transformação continuou crescendo, subindo de US$1.494,4 milhões em 1995 para US$ 2.568,9 milhões em 1996.[4]

IV- Conclusão

A atualização dos dados de M&C pouco alterou as conclusões apresentadas naquele estudo. Ela mostra que a indústria de transformação continua a sofrer um

[2] O crescimento do PIB em termos reais caiu de 4,2% em 1995 para 2,9% em 1996. No caso da indústria de transformação, a redução no crescimento foi de 1,7% em 1995 para 0,8 em 1996.

[3] As exportações da indústria cresceram apenas 1,2% em 1996 contra um crescimento de 4,4% das importações.

[4] Note-se que assim como em Moreira e Correa (1996) estes dados são para uma amostra de 45 setores da indústria de transformação que em 1992 representava 72% do valor bruto da produção no setor.

processo de restruturação e especialização e que ainda padece de problemas de competitividade *viz-à-viz o* produtor estrangeiro. É verdade que o ritmo de crescimento das importações declinou, mas o fato é que o coeficiente de penetração das importações continuou crescendo, mesmo com o desquecimento da economia. O comportamento das exportações também sugere que o ajuste ainda está em curso, com a queda na sua taxa de crescimento mais do que compensando a redução no ritmo de crescimento das importações. Em suma, os sinais são de que as esperadas recuperação das exportações e estabilização das importações ainda estão por vir.

Tabela 2-Coeficientes de Penetração das Importações: Importação/Produção.* 1989-96 (%)

Setor Matriz	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
01-Máquinas, Equipamento e Instalação-Incl. Peças e Acessórios	13,6	23,7	38,6	23,5	28,9	38,5	56,1	74,7
02-Material, Aparelhos Eletrônicos e de Comunicação	11,2	20,4	33,9	26,7	29,9	41,9	52,3	64,7
03-Adubos, Fertilizantes e Corret.Solo	8,5	14,9	21,1	19,2	26,9	29,1	35,3	42,3
04-Resinas, Fibras e Elastômeros	6,1	9,8	12,1	8,5	14,5	16,7	30,8	36,6
05-Fabricação de Outros Veículos	17,4	22,6	28,9	26,8	31,2	22,3	28,1	34,4
06-Elementos Químicos Não-Petroquímicos ou Carboquímicos	16,4	19,7	21,5	13,8	18,6	18,6	29,1	32,7
07-Condutores e Outros Materiais Elétricos Excl. p/ Veículos	8,6	11,6	12,9	10,0	12,2	21,2	20,1	24,0
08-Motores e Peças p/ Veículos	5,0	8,0	14,0	10,1	13,4	16,7	19,8	23,7
09-Benef., Fiação e Tecelagem de Fibras Naturais	3,4	3,7	6,1	4,4	15,1	13,6	16,3	23,2
10-Equipamento p/ Produção e Distribuição de Energia Elétrica	7,9	9,5	15,8	9,7	13,7	11,5	15,9	20,7
11-Indústria da Borracha	4,5	5,1	6,2	5,1	7,3	12,4	20,6	20,3
12-Indústria Farmacêutica	6,9	9,7	12,7	7,1	9,1	11,9	12,4	15,9
13-Metalurgia dos Não Ferrosos	6,8	7,5	9,0	8,4	11,2	11,4	17,1	15,2
14-Tratores e Maquinaria Rodoviária Incl. Peças e Acessórios	1,4	3,0	9,8	5,8	6,1	4,4	11,8	14,5
15-Aparelhos Receptoresde TV, Rádio e Equipamento de Som	4,7	6,3	9,7	6,0	7,6	9,5	14,0	14,3
16-Vidro e Artigos de Vidro	3,9	6,0	7,6	5,0	6,6	11,4	15,8	13,5
17-Produtos Químicos Diversos	5,6	5,1	4,8	5,7	8,5	11,1	14,0	13,1
18-Fiação e Tecelagem de Fibras Artificiais ou Sintéticas	0,7	1,6	3,1	2,1	4,2	9,6	19,9	12,0
19-Apar. e Equip. Elétricos-Incl. Eletrodomésticos, Maq. Escrit.	3,4	3,8	5,0	3,5	6,4	7,7	10,0	11,2
20-Petroquímica Básica e Intermediária	3,8	4,5	8,3	4,2	5,2	8,2	10,3	10,9
21-Automóveis, Utilitários, Caminhões e Ônibus	0,0	0,2	1,8	2,1	4,6	8,1	15,7	10,6
22-Outras Indústrias Alimentares	2,2	4,0	4,1	2,1	3,3	4,3	8,9	9,4
23-Papel, Papelão e Artefatos de papel	1,3	3,0	4,2	2,8	3,4	4,3	8,1	9,4
24-Outras Indústrias Têxteis	0,8	1,2	2,4	1,9	2,0	2,4	6,6	7,9
25-Artigos de Material Plástico	0,5	1,2	1,8	1,4	2,3	3,6	6,6	7,7
26-Indústria de Bebidas	3,3	4,5	5,3	3,6	3,5	3,4	5,5	6,2
27-Resfriamento e Preparação do Leite e Laticínios	2,8	4,2	1,2	2,5	4,1	7,6	4,6	6,0
28-Outros Produtos de Miner. Não Metálicos	1,6	2,2	2,9	2,3	2,3	2,8	4,4	5,8
29-Outros Produtos Metalúrgicos	1,3	2,3	3,6	2,1	3,2	2,9	4,3	5,4
30-Calçados	0,3	0,5	1,3	0,4	0,8	1,8	4,4	5,1
31-Indústria de Perfumaria, Sabões e Velas	1,5	1,6	2,1	1,2	1,7	2,6	4,5	4,8
32-Conservas de Frutas e Legumes Incl. Sucos e Condimentos	1,5	2,3	2,5	2,4	3,5	4,3	6,7	4,7
33-Laminados Plásticos	0,2	0,7	0,9	0,6	0,7	2,1	6,6	4,3
34-Indústria da Madeira	0,8	2,3	2,3	1,6	1,6	1,5	2,5	3,7
35-Celulose e Pasta Mecânica	2,8	3,2	3,1	2,0	3,5	2,5	4,2	3,7
36-Siderurgia	1,6	1,6	2,2	2,6	2,3	2,5	3,6	3,3
37-Indústria do Fumo	0,1	0,1	0,8	0,9	1,0	1,2	1,6	1,6
38-Cimento e Clinquer	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,7	1,2	1,1
39-Peças e Estruturas de Concreto, Cimento e Fibrocimento	0,1	0,1	0,3	0,4	0,5	0,6	0,9	1,1
MÉDIA DA INDÚSTRIA	**4,3**	**6,0**	**8,1**	**6,1**	**8,3**	**10,2**	**14,6**	**15,6**

Fonte: elaboração própria *em ordem decrescente de valor para 1996

Tabela 3-Coeficientes de Penetração das Exportações: Exportação/Produção.* 1989-96 (%)								
Setor Matriz	**1989**	**1990**	**1991**	**1992**	**1993**	**1994**	**1995**	**1996**
01-Tratores e Maquinaria Rodoviária Incl. Peças e Acessórios	18,9	18,1	36,4	26,2	21,0	22,5	33,0	49,2
02-Indústria da Madeira	11,0	23,9	35,4	28,2	33,5	39,3	40,4	42,5
03-Calçados	24,2	24,7	42,3	31,2	37,2	32,5	31,2	40,6
04-Metalurgia dos Não Ferrosos	20,2	24,2	30,4	30,9	34,9	32,0	33,9	34,3
05-Conservas de Frutas e Legumes Incl. Sucos e Condimentos	32,9	43,8	35,8	36,0	33,3	31,2	32,2	31,4
06-Siderurgia	16,5	17,7	24,8	28,9	30,4	26,9	26,5	26,0
07-Celulose e Pasta Mecânica	29,4	33,1	34,4	31,2	40,6	29,0	38,1	25,7
08-Fabricação de Outros Veículos	23,7	24,7	23,9	28,5	23,6	20,1	16,5	25,2
09-Motores e Peças p/Veículos	13,8	18,7	32,1	20,9	22,4	22,7	22,2	23,4
10-Máquinas, Equip. e Instalação-Incl. Peças e Acessórios	7,5	8,4	14,9	11,5	15,5	16,8	16,2	20,0
11-Indústria da Borracha	6,4	7,4	10,6	11,8	14,5	17,0	17,7	19,4
12-Indústria do Fumo	1,9	2,2	5,1	5,8	7,8	14,5	16,2	16,6
13-Equipamento p/ Produção e Distribuição de Energia Elétrica	6,0	6,5	14,7	10,8	14,7	15,6	15,0	16,5
14-Resinas, Fibras e Elastômeros	8,6	11,0	12,2	9,9	12,4	14,6	15,8	16,3
15-Apar. e Equip. Elétricos-Incl. Eletrodomésticos, Máq. Escrit.	8,7	9,2	15,6	12,4	17,3	15,0	13,6	13,6
16-Elementos Químicos Não-Petroquímicos ou Carboquímicos	7,6	8,9	9,0	6,3	7,8	6,8	10,0	13,3
17-Papel, Papelão e Artefatos de papel	3,1	8,4	10,1	10,7	11,3	12,5	11,9	11,4
18-Outras Indústrias Têxteis	6,4	7,1	13,6	15,2	16,0	10,6	11,0	11,0
19-Benef., Fiação e Tecelagem de Fibras Naturais	8,3	9,1	13,8	9,0	8,3	9,4	11,7	10,5
20-Condutores e Outros Materiais Elétricos Excl. p/ Veículos	6,1	6,5	8,5	8,5	10,3	10,2	10,1	9,9
21-Outros Produtos de Miner. Não-Metálicos	4,0	5,0	6,7	6,2	7,9	8,5	8,6	8,8
22-Petroquímica Básica e Intermediária	8,1	8,2	10,3	6,4	6,6	7,3	8,8	8,4
23-Vidro e Artigos de Vidro	5,0	4,7	7,6	7,0	8,9	9,3	8,5	8,3
24-Produtos Químicos Diversos	3,9	3,5	3,9	4,5	6,4	7,5	8,8	8,0
25-Material, Aparelhos Eletrônicos e de Comunicação	3,7	4,9	9,8	7,0	5,1	5,3	4,9	6,9
26-Automóveis, Utilitários, Caminhões e Ônibus	8,0	6,3	8,3	10,6	8,2	8,1	5,4	6,6
27-Aparelhos Receptores de TV, Rádio e Equipamento de Som	9,1	9,3	12,7	10,9	8,9	6,9	6,0	6,4
28-Outros Produtos Metalúrgicos	3,8	5,3	8,5	6,1	7,1	6,0	5,2	5,0
29-Fiação e Tecelagem de Fibras Artificiais ou Sintéticas	2,1	1,9	3,9	5,4	3,9	4,2	3,0	4,3
30-Outras Indústrias Alimentares	2,7	4,4	5,1	4,7	5,5	4,7	4,2	3,5
31-Adubos, Fertilizantes e Corret. Solo	1,0	1,8	2,8	1,7	2,5	1,7	3,4	3,1
32-Indústria de Perfumaria, Sabões e Velas	1,3	1,1	1,8	1,6	2,5	2,6	2,8	3,0
33-Indústria Farmacêutica	1,7	1,8	2,5	1,9	2,0	2,0	2,1	2,4
34-Artigos de Material Plástico	0,7	0,9	1,3	1,7	2,4	2,7	2,2	2,3
35-Indústria de Bebidas	0,8	1,4	1,9	1,6	2,1	2,3	1,7	1,6
36-Peças e Estruturas de Concreto, Cimento e Fibrocimento	0,5	0,7	0,7	0,7	1,0	0,8	1,1	1,1
37-Laminados Plásticos	0,1	0,2	0,4	1,5	2,2	1,8	1,3	0,9
38-Cimento e Clinquer	0,3	0,4	0,3	0,2	0,4	0,3	0,4	0,4
39-Resfriamento e Preparação do Leite e Laticínios	0,0	0,0	0,0	0,2	0,4	0,0	0,1	0,2
MÉDIA DA INDÚSTRIA	**10,1**	**10,7**	**13,8**	**12,2**	**13,6**	**13,7**	**14,0**	**14,5**

Fonte: elaboração própria *em ordem decrescente de valor para 1996

Tabela 4: Relação Saldo Comercial/ Produção (%)								
Setor Matriz	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
01-Indústria da Madeira	10,3	21,6	33,1	26,6	31,9	37,7	37,9	38,8
02-Calçados	23,9	24,1	41,0	30,8	36,4	30,8	26,9	35,5
03-Tratores e Maquinaria Rodoviária Incl. Peças e Acessórios	17,5	15,1	26,6	20,4	14,9	18,1	21,2	34,7
04-Conservas de Frutas e Legumes Incl. Sucos e Condimentos	32,6	43,2	34,4	35,6	32,5	29,4	27,9	26,3
05-Siderurgia	15,8	15,4	22,5	27,3	28,9	25,3	24,0	22,3
06-Celulose e Pasta Mecânica	29,2	32,4	33,5	30,6	39,9	26,9	31,5	21,4
07-Metalurgia dos Não Ferrosos	13,4	16,7	21,4	22,4	23,7	20,5	16,9	19,1
08-Indústria do Fumo	1,8	2,1	4,3	4,9	6,8	13,4	14,6	14,9
09-Outras Indústrias Têxteis	5,6	5,9	11,1	13,3	13,9	8,2	4,4	3,1
10-Outros Produtos de Miner. Não-Metálicos	2,4	2,8	3,8	3,9	5,6	5,7	4,2	3,0
11-Apar. e Equip. Elétricos-Incl. Eletrodomésticos, Máq. Escrit.	5,3	5,4	10,6	9,0	10,9	7,3	3,6	2,5
12-Papel, Papelão e Artefatos de papel	1,8	5,3	5,9	7,8	7,9	8,2	3,8	2,1
13-Peças e Estruturas de Concreto, Cimento e Fibrocimento	0,4	0,6	0,4	0,3	0,6	0,2	0,2	0,0
14-Motores e Peças p/Veículos	8,8	10,7	18,1	10,8	9,0	6,1	2,4	-0,3
15-Outros Produtos Metalúrgicos	2,4	3,1	4,9	4,0	4,0	3,1	0,9	-0,4
16-Cimento e Clinquer	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	-0,4	-0,8	-0,7
17-Indústria da Borracha	1,8	2,4	4,4	6,6	7,3	4,7	-2,9	-0,9
18-Indústria de Perfumaria, Sabões e Velas	-0,2	-0,5	-0,3	0,4	0,8	-0,1	-1,7	-1,7
19-Petroquímica Básica e Intermediária	4,3	3,7	2,1	2,2	1,5	-0,8	-1,6	-2,5
20-Laminados Plásticos	-0,1	-0,5	-0,4	1,0	1,5	-0,3	-5,3	-3,4
21-Automóveis, Utilitários, Caminhões e Ônibus	8,0	6,1	6,5	8,5	3,5	0,0	-10,3	-4,0
22-Equipamento p/ Produção e Distribuição de Energia Elétrica	-1,9	-3,0	-1,1	1,1	1,0	4,1	-0,9	-4,2
23-Indústria de Bebidas	-2,5	-3,1	-3,4	-2,0	-1,4	-1,1	-3,8	-4,6
24-Produtos Químicos Diversos	-1,7	-1,6	-0,9	-1,2	-2,1	-3,6	-5,1	-5,2
25-Vidro e Artigos de Vidro	1,2	-1,3	0,1	2,0	2,3	-2,0	-7,3	-5,2
26-Artigos de Material Plástico	0,2	-0,3	-0,4	0,3	0,0	-0,9	-4,4	-5,4
27-Resfriamento e Preparação do Leite e Laticínios	-2,8	-4,2	-1,2	-2,3	-3,7	-7,6	-4,6	-5,8
28-Outras Indústrias Alimentares	0,5	0,4	1,0	2,5	2,2	0,4	-4,8	-5,9
29-Aparelhos Receptores de TV, Rádio e Equipamento de Som	4,4	3,0	3,0	5,0	1,3	-2,7	-8,0	-8,0
30-Fabricação de Outros Veículos	6,3	2,1	-5,0	1,7	-7,7	-2,3	-11,6	-9,2
31-Fiação e Tecelagem de Fibras Artificiais ou Sintéticas	-1,7	-4,1	-3,6	0,4	-2,8	-7,2	-12,8	-9,2
32-Benef., Fiação e Tecelagem de Fibras Naturais	5,0	5,4	7,7	4,5	-6,8	-4,2	-4,6	-12,7
33-Indústria Farmacêutica	-5,3	-8,0	-10,1	-5,2	-7,1	-9,9	-10,3	-13,6
34-Condutores e Outros Materiais Elétricos Excl. p/ Veículos	-2,5	-5,1	-4,4	-1,5	-1,9	-11,1	-10,0	-14,2
35-Elementos Químicos Não-Petroquímicos ou Carboquímicos	-8,8	-10,8	-12,5	-7,5	-10,9	-11,8	-19,1	-19,4
36-Resinas, Fibras e Elastômeros	2,5	1,2	0,1	1,4	-2,1	-2,1	-15,0	-20,3
37-Adubos, Fertilizantes e Corret. Solo	-7,5	-13,1	-18,3	-17,5	-24,4	-27,4	-31,9	-39,2
38-Máquinas, Equip. e Instalação-Incl. Peças e Acessórios	-6,1	-15,3	-23,6	-12,0	-13,3	-21,7	-39,9	-54,7
39-Material, Aparelhos Eletrônicos e de Comunicação	-7,5	-15,5	-24,1	-19,7	-24,8	-36,6	-47,4	-57,7
TOTAL DA INDÚSTRIA	5,8	4,7	5,7	6,1	5,2	3,5	-0,6	-1,1

Fonte: elaboração própria *em ordem decrescente de valor para 1996

Tabela 5: Coeficiente de Penetração: Importação/Produção (%)								
Categoria de Uso*	**1989**	**1990**	**1991**	**1992**	**1993**	**1994**	**1995**	**1996**
bens de consumo não-duráveis	2,8	3,4	4,5	2,8	3,9	4,9	7,3	7,1
bens de consumo duráveis	7,2	8,9	12,3	8,4	11,2	11,1	14,8	16,5
bens intermediários elaborados	4,5	5,7	7,4	6,1	8,7	10,2	13,8	14,8
bens intermediários	1,4	2,6	3,2	2,1	2,7	3,3	5,9	6,2
bens de capital	11,1	19,8	33,3	21,6	25,9	32,8	47,7	61,5
bens de capital, equipamento de transporte	1,9	3,0	5,6	4,9	7,5	11,1	17,2	15,5
média da indústria	**4,3**	**6,0**	**8,1**	**6,1**	**8,3**	**10,2**	**14,6**	**15,6**

Fonte: elaboração própria

Tabela 6-Coeficiente de Abertura: Exportação/Produção (%)								
Categoria de Uso*	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
bens de consumo não-duráveis	9,8	8,7	9,8	8,8	10,4	9,9	10,7	10,6
bens de consumo duráveis	12,4	12,7	16,6	14,7	14,8	12,0	10,5	12,1
bens intermediários elaborados	11,7	12,6	15,9	14,3	16,4	16,5	17,5	18,2
bens intermediários	6,5	10,2	12,3	11,7	14,2	15,5	16,9	15,2
bens de capital	7,2	7,9	14,7	11,3	12,4	13,9	13,5	16,5
bens de capital, equipamento de transporte	10,2	10,8	15,7	14,2	12,9	13,2	11,5	13,0
média da indústria	**10,1**	**10,7**	**13,8**	**12,2**	**13,6**	**13,7**	**14,0**	**14,5**

Fonte: elaboração própria

Tabela 7: Relação Saldo Comercial/ Produção (%)								
Categoria de Uso*	**1989**	**1990**	**1991**	**1992**	**1993**	**1994**	**1995**	**1996**
bens de consumo não-duráveis	7,1	5,3	5,3	6,0	6,5	5,0	3,4	3,5
bens de consumo duráveis	5,2	3,8	4,3	6,3	3,6	0,9	-4,3	-4,4
bens intermediários elaborados	7,2	6,9	8,6	8,2	7,7	6,4	3,7	3,4
bens intermediários	5,1	7,6	9,1	9,6	11,5	12,3	11,1	9,0
bens de capital	-3,9	-11,8	-18,6	-10,3	-13,5	-18,9	-34,2	-45,0
bens de capital, equipamento de transporte	8,3	7,8	10,1	9,3	5,3	2,1	-5,7	-2,6
média da indústria	**5,8**	**4,7**	**5,7**	**6,1**	**5,2**	**3,5**	**-0,6**	**-1,1**

Fonte: elaboração própria